

grande parte do sucesso ao capitalismo editorial. Antes da época do prelo, Roma vencida facilmente todas as guerras contra a heresia na Europa Ocidental porque sempre dispôs de linhas de comunicação interna melhores do que as dos adversários. Mas, quando Martinho Lutero afixou suas teses na porta da igreja em Wittenberg, em 1517, elas foram traduzidas e impressas em alemão, e “em quinze dias [já tinham sido] vistas em todas as partes do país.”<sup>8</sup> Entre 1520 e 1540, publicou-se na Alemanha o triplo do que havia sido editado entre 1500 e 1520, transformação assombrosa em que Lutero desempenhou um papel absolutamente central. Nada menos do que 1/3 de todos os livros em alemão vendidos entre 1518 e 1525 era obra sua. Entre 1522 e 1546, foram lançadas 430 edições (integrais ou parciais) das suas traduções da Bíblia. “Temos aqui pela primeira vez um público leitor realmente de massa e uma literatura popular ao alcance de todos.”<sup>9</sup> Com efeito, Lutero se tornou o primeiro autor de *best-sellers conhecido como tal*. Ou, em outras palavras, o primeiro autor capaz de “vender” os seus novos livros pela fama do próprio nome.<sup>10</sup>

Lutero abriu o caminho, e logo outros se seguiram, inaugurando a gigantesca guerra de propaganda religiosa que se alastrou pela Europa no século seguinte. Nessa titânica “batalha pelo espírito dos homens”, o protestantismo sempre manteve a ofensiva, justamente porque sabia como utilizar o mercado editorial vernáculo, que estava sendo criado e expandido pelo capitalismo, enquanto a Contrarreforma defendia a cidadela do latim. Emblemático é o *Index Librorum Prohibitorum* do Vaticano — que não

8. *Ibid.*, pp. 289-90.  
9. *Ibid.*, pp. 291-5.

10. Daqui, foi apenas um passo até a situação da França seiscentista, em que Corneille, Molière e La Fontaine podiam vender as suas tragédias e comédias manuscritas aos editores, que as adquiriam como excelentes investimentos, devido à fama dos autores no mercado. *Ibid.*, p. 161.

teve nenhuma contrapartida protestante —, catálogo inédito que se fez necessário devido à enorme quantidade de material subversivo impresso. Não há exemplo melhor dessa mentalidade de cerco do que a lei de 1535 de Francisco I, proibindo, por pânico, a publicação de *tudo e qualquer* livro no reino — sob pena de morte na forca! A razão da proibição, mas também da sua inaplicabilidade, era que, naquela época, as fronteiras orientais do reino estavam cercadas de cidades e estados protestantes, produzindo uma quantidade maciça de material impresso que podia ser contrabandeados. Para citar somente a Genebra de Calvino: entre 1533-40, foram publicadas apenas 42 edições, mas os números saltaram para 527 entre 1550-64, sendo que neste último ano havia nada menos que quarenta gráficas diferentes trabalhando em regime de hora extra.<sup>11</sup>

A aliança entre o protestantismo e o capitalismo editorial, explorando edições populares baratas, logo criou novos e vastos públicos leitores — entre eles, de importância nada pequena, comerciantes e mulheres, que geralmente sabiam pouco ou nada de latim —, ao mesmo tempo que os mobilizava para finalidades político-religiosas. Inevitavelmente, não foi apenas a Igreja que se viu abalada no seu próprio cerne. O mesmo terremoto gerou os primeiros estados não dinásticos europeus, que não eram cidadões-estado, na república holandesa e no *Commonwealth* dos puritanos. (O pânico de Francisco I, além de religioso, era político.)

O terceiro foi a difusão lenta, geograficamente irregular, de determinados vernáculos como instrumentos de centralização administrativa, por obra de certos monarcas bem posicionados, com pretensões absolutistas. Aqui cabe lembrar que a universalidade do latim na Europa Ocidental medieval nunca correspondeu a um sistema político universal. A esse respeito, é instrutiva sua

11. *Ibid.*, pp. 310-5.

diferença com a China Imperial, onde havia uma grande coincidência entre a burocracia do mandarinato e o domínio da caligrafia de ideogramas. Com efeito, a fragmentação política da Europa Ocidental após a queda do Império do Ocidente significava que nenhum soberano poderia monopolizar o latim e convertê-lo em sua-e-exclusivamente-sua língua oficial, e por isso a autoridade religiosa do latim nunca teve um verdadeiro equivalente político.

O surgimento dos vernáculos administrativos é anterior tanto ao prelo quanto à revolta religiosa do século XVI, e por isso deve ser abordado (pelo menos de início) como um fator independente no desgaste da comunidade imaginada sagrada. Ao mesmo tempo, nada sugere que existisse qualquer profundo impulso ideológico, e menos ainda protonacional, por trás dessa vernaculização, onde ela veio a ocorrer. O caso da “Inglaterra” — na periferia noroeste da Europa latina — é especialmente elucidativo. Antes da conquista normanda, a língua da corte, literária e administrativa, era o anglo-saxão. Nos 150 anos seguintes, praticamente todos os documentos régios foram redigidos em latim. Entre 1200 e 1350, esse latim oficial foi substituído pelo franco-normando. Entremetidos, uma lenta fusão entre essa língua, de uma classe dirigente estrangeira, e o anglo-saxão, da população de súditos, gerou o médio-inglês [*early english*]. Essa fusão permitiu que a nova língua se tornasse, após 1362, a língua das cortes — e da sessão inaugural do Parlamento. Segue-se em 1382 a *Biblia manuscrípta de Wycliffe*, em vernáculo.<sup>12</sup> É essencial ter em mente que esta é uma sequência de línguas “oficiais”, não “nacionais”; e que o Estado correspondente abrangia, variando no tempo, não só a atual Inglaterra e Gales, mas também partes da Irlanda, Escócia e França. Evidentemente, uma imensa parcela dos súditos não conhecia nada ou quase nada de latim, franco-normando ou

médio-inglês.<sup>13</sup> Foi somente depois de cerca de cem anos de entronização política do médio-inglês que o poder de Londres foi varrido da “França”.

No Sena, ocorreu um movimento semelhante, embora em ritmo mais lento. Como ironiza Bloch, “o francês, quer dizer, uma língua que era vista como mera corruptela do latim, levou muitos séculos para se alçar até a dignidade literária”,<sup>14</sup> só se tornou a língua oficial dos tribunais em 1539, quando Francisco I lançou o Edito de Villers-Cotterêts.<sup>15</sup> Em outros reinos dinásticos, o latim sobreviveu por muito mais tempo — sob os Habsburgo, até anos bem avançados do século XIX. Em outros ainda, os vernáculos “estrangeiros” acabaram prevalecendo: no século XVIII, as línguas da corte Romanov eram o francês e o alemão.<sup>16</sup>

Em todo caso, a “escolha” da língua aparece como fruto de um desenvolvimento gradual, inconsciente, pragmático, para não dizer aleatório. Enquanto tal, ela se diferencia profundamente das políticas linguísticas autoconscientes dos dinastas oitocentistas, diante do crescimento de nacionalismos linguísticos populares de oposição. (Ver adiante, capítulo 5.) Um sinal claro dessa diferença é que as antigas línguas administrativas eram *apenas* isso: línguas usadas pelo e para o funcionalismo, e para a sua própria conveniência interna. Não havia a ideia de impor sistematicamente a língua às várias populações sob o domínio dinástico.<sup>17</sup> Contudo, a

13. Não devemos supor que a unificação vernacular administrativa tenha se realizado de imediato ou de forma integral. É improvável que a Guiana governada a partir de Londres fosse administrada primariamente em médio-inglês.

14. Bloch, *Feudal society*, I, p. 98.

15. Seton-Watson, *Nations and states*, p. 48.

16. *Ibid.*, p. 83.

17. Temos uma confirmação interessante desse ponto com Francisco I, que, como vimos, proibiu a impressão de todo e qualquer livro em 1535, e adotou o francês como a língua da corte quatro anos depois!

12. Seton-Watson, *Nations and states*, pp. 28-9; Bloch, *Feudal society*, I, p. 75.

ascensão desses vernáculos à condição de línguas oficiais, onde elas, em certo sentido, concorriam com o latim (o francês em Paris, o médio-inglês em Londres), contribuiu para o declínio da comunidade imaginada da cristandade.

No fundo, é provável que, nesse contexto, a esoterização do latim, a Reforma e o desenvolvimento aleatório de vernáculos administrativos tenham um significado basicamente negativo — a saber, a sua contribuição para destronar o latim. É plenamente possível conceber o surgimento das novas comunidades nacionais imaginadas sem um desses fatores, ou mesmo sem nenhum deles. O que tornou possível imaginar as novas comunidades, num sentido positivo, foi uma interação mais ou menos casual, porém explosiva, entre um modo de produção e de relações de produção (o capitalismo), uma tecnologia de comunicação (a imprensa) e a fatalidade da diversidade linguística humana.<sup>18</sup>

O elemento da fatalidade é essencial. Pois, por mais que o capitalismo fosse capaz de proezas extraordinárias, ele enfrentava dois adversários ferrenhos na morte e nas línguas.<sup>19</sup> As línguas particulares podem morrer ou ser exterminadas, mas não havia e não há nenhuma possibilidade de uma unificação linguística geral da humanidade. No entanto, historicamente, essa mútua incomunicabilidade não foi de grande importância até o momento em que o capitalismo e a imprensa criaram públicos leitores de massa e monoglotas.

18. Não foi o primeiro “acaso” desse tipo. Febvre e Martin observam que, embora já fosse visível a existência de uma burguesia na Europa no final do século XIII, o uso generalizado do papel só ocorreu no final do século XV. Apenas a superfície plana e lisa do papel possibilitaria a reprodução em série de textos e figuras — e isso só se verificou nos 75 anos seguintes. Mas o papel não foi uma invenção europeia. Ele veio de uma outra história — da China —, passando pelo mundo islâmico. *The coming of the book*, pp. 22, 30 e 45.

19. Ainda não temos nenhuma multinacional gigante no mundo editorial.

Embora seja fundamental ter em mente a ideia de fatalidade, no sentido de uma condição *geral* de diversidade linguística irremediável, seria um erro identificar essa ideia com aquele elemento comum às ideologias nacionalistas que insiste na fatalidade primordial das línguas *particulares* e em sua ligação com unidades territoriais também *particulares*. O essencial é a interação entre fatalidade, tecnologia e capitalismo. Na Europa anterior à imprensa e, claro, em todo o resto do mundo, a diversidade das línguas faladas, aquelas que forneciam a trama e a urdidura da vida de seus usuários, era imensa; tão imensa, de fato, que se o capitalismo editorial tivesse tentado explorar cada mercado vernacular em potencial, teria adquirido dimensões minúsculas. Mas esses idioletos variados podiam ser montados, dentro de certos limites, como línguas impressas de número muito mais reduzido. A própria arbitrariedade de qualquer sistema de signos para os sons facilitava o processo de montagem.<sup>20</sup> (Ao mesmo tempo, quanto mais ideográficos os signos, maior a potencial zona de montagem. Aqui podemos enxergar uma espécie de hierarquia decrescente, desde a álgebra, passando pelo chinês e pelo inglês, até os silabários regulares do francês ou do indonésio.) Nada serviu melhor para “montar” vernáculos aparentados do que o capitalismo, o qual, dentro dos limites impostos pela gramática e pela sintaxe, criava línguas impressas, reproduzidas mecanicamente, capazes de se disseminar através do mercado.<sup>21</sup>

Essas línguas impressas lançaram as bases para a consciência nacional de três maneiras diferentes. Em primeiro lugar, e acima de

20. Para uma boa discussão sobre esse ponto, ver S. H. Steinberg, *Five hundred years of printing*, capítulo 5. O fato de o signo *ough* ter diferentes pronúncias nas palavras *althrough*, *bough*, *lough*, *rough*, *cough* e *hiccough*, mostra tanto a variedade idiomática de onde surgiu a pronúncia padronizada do inglês quanto a qualidade ideográfica do produto final.

21. Eu digo “nada serviu melhor [...] do que o capitalismo” deliberadamente. Tanto Steinberg quanto Eisenstein quase teomorfizam a “imprensa” em si como o gênio

tudo, elas criaram campos unificados de intercâmbio e comunicação abaixo do latim e acima dos vernáculos falados. Os falantes da enorme diversidade de variantes francesas, inglesas e espanholas, que achariam difícil ou mesmo impossível se entender oralmente, puderam se entender através do papel e da letra impressa. Com isso, foram tomando consciência gradual das centenas de milhares, e até milhões, de pessoas dentro daquele campo linguístico particular, e ao mesmo tempo percebendo que *apenas essas* centenas de milhares, ou milhões, pertenciam a tal campo. Esses companheiros de leitura, aos quais estavam ligados através da letra impressa, constituíram, na sua invisibilidade visível, secular e particular, o embrião da comunidade nacionalmente imaginada.

Em segundo lugar, o capitalismo tipográfico conferiu uma nova fixidez à língua, o que, a longo prazo, ajudou a construir aquela imagem de antiguidade tão essencial à ideia subjetiva de nação. Como lembram Febvre e Martin, o livro impresso guardava uma forma constante, capaz de reprodução praticamente infinita no tempo e no espaço. Ele não estava mais sujeito aos hábitos individualizantes e “inconscientemente modernizantes” dos monges copistas. Assim, se o francês usado por Villon no século XV era muito diferente do francês do século XII, no século XVI o ritmo da mudança havia diminuído de forma marcante. “No século XVII, as línguas na Europa haviam assumido, de modo geral, suas formas modernas.”<sup>22</sup> Em outros termos, faz três séculos que essas línguas

da história moderna. Febvre e Martin nunca esquecem que, por trás da imprensa, existem gráficas e editoras. Neste contexto, vale lembrar que a imprensa foi inventada a princípio na China, talvez quinhentos anos antes de aparecer na Europa, mas não teve nenhum impacto significativo, e muito menos revolucionário — justamente devido à inexistência do capitalismo.

22. *The coming of the book*, p. 319. Cf. *L'Apparition*, p. 477: “Au XVII<sup>e</sup> siècle, les langues nationales apparaissent un peu partout cristallisées” [No século XVII, as línguas nacionais aparecem cristalizadas um pouco por toda parte].

impressas vêm ganhando um verniz resistente; temos um acesso mais direto às palavras dos nossos antepassados do século XVII do que Villon em relação aos seus antepassados do século XII.

Em terceiro lugar, o capitalismo tipográfico criou línguas oficiais diferentes dos vernáculos administrativos anteriores. Inevitavelmente, alguns dialetos estavam “mais próximos” da língua impressa e acabaram dominando suas formas finais. Os primeiros pobres, que ainda podiam ser assimilados na língua impressa em formação, acabaram perdendo posição, principalmente porque não conseguiram (ou conseguiram apenas em parte) ter a sua própria forma impressa. O “alemão do noroeste” tornou-se o *Platt Deutsch*, um alemão muito falado, e portanto um subpadrão de língua, porque pôde ser assimilado no idioma impresso de uma forma que não foi possível para o tcheco falado da Boêmia. O alto-alemão, o inglês do rei e, mais tarde, o tailandês central foram alçados a novas alturas político-culturais. (Das as lutas na Europa de algumas “sub”-nacionalidades, no final do século XX, para mudar sua condição subordinada entrando com força na imprensa — e no rádio.)

Resta apenas enfatizar que a fixação e a obtenção de um estatus diferenciado das línguas impressas foram, em suas origens, processos inconscientes que resultaram da interação explosiva entre o capitalismo, a tecnologia e a diversidade linguística humana. Mas, como tantas outras coisas na história do nacionalismo, uma vez estando “lá”, elas puderam se converter em modelos formais a serem imitados e, quando fosse o caso, conscientemente explorados num espírito maquiavélico. Hoje, o governo tailandês desencoraja vivamente as tentativas dos missionários estrangeiros de fornecer sistemas de transcrição linguística para as minorias tribais das montanhas e desenvolver publicações nas suas línguas nativas: mas o mesmo governo é indiferente ao que essas minorias *falam*. O destino dos povos de fala turca nas zonas incorporadas a

Turquia, Irã, Iraque e União Soviética é especialmente ilustrativo. Uma família de línguas faladas, que podiam ser montadas numa ortografia arábica, tornando-se assim compreensíveis entre si, perdeu essa unidade devido a manipulações deliberadas. Para enaltecer a consciência nacional da Turquia túrquica, em detrimento de qualquer identificação islâmica mais profunda, Atatürk impôs uma romanização obrigatória.<sup>23</sup> As autoridades soviéticas seguiram a mesma trilha, primeiro com uma romanização compulsória anti-islâmica e antipersa e depois, nos anos 1930, com Stálin e sua cirilização rússificante obrigatória.<sup>24</sup>

Podemos resumir as conclusões dos argumentos apresentados até agora dizendo que a convergência do capitalismo e da tecnologia de imprensa sobre a fatal diversidade da linguagem humana criou a possibilidade de uma nova forma de comunidade imaginada, a qual, em sua morfologia básica, montou o cenário para a nação moderna. A extensão potencial dessas comunidades era intrinsecamente limitada, e, ao mesmo tempo, não mantinha senão a mais fortuita relação com as fronteiras políticas existentes (que, no geral, correspondiam ao ponto culminante dos expansionismos dinásticos).

Mas é evidente que, embora quase todas as nações — e também estados nacionais — modernas, que se concebem como tais, atualmente tenham “línguas impressas nacionais”, muitas delas compartilham uma mesma língua, e, em outros casos, apenas uma fração minúscula da população “usa” a língua nacional na fala ou na escrita. Os Estados nacionais da América espanhola ou da

“família anglo-saxônica” são exemplos claros do primeiro caso; muitos Estados ex-coloniais, principalmente na África, são exemplos do segundo. Em outras palavras, a formação concreta dos Estados nacionais contemporâneos não guarda nenhuma relação isomórfica com o campo de abrangência das línguas impressas específicas. Para explicar a descontinuidade e a inter-relação entre as línguas impressas, a consciência nacional e os Estados nacionais, cumpre observar o grande conjunto de novas entidades políticas que surgiram no hemisfério ocidental entre 1776 e 1838, todas definindo-se de modo autoconsciente como nações e, com a interessante exceção do Brasil, como repúblicas (não dinásticas). Pois não só foram historicamente os primeiros Estados nacionais a surgir no cenário mundial, portanto passando a fornecer inevitavelmente os primeiros modelos reais do que deveriam “parecer” tais Estados, como também a quantidade e a época de seu surgimento simultâneo oferecem um terreno fecundo para a pesquisa comparada.

23. Hans Kohn, *The age of nationalism*, p. 108. É de se acrescentar que Kemal, dessa maneira, também esperava alinhar o nacionalismo turco à civilização romanizada moderna da Europa Ocidental.

24. Seton-Watson, *Nations and states*, p. 317.

## 9. Censo, mapa, museu

Na edição original de *Comunidades imaginadas*, escrevi que “nas políticas de ‘construção da nação’ dos novos estados vemos com frequência tanto um autêntico entusiasmo nacionalista popular quanto uma instilação sistemática, e até maquiavélica, da ideologia nacionalista através dos meios de comunicação de massa, do sistema educacional, das regulamentações administrativas, e assim por diante”.<sup>1</sup> O que eu então supunha, em minha visão limitada, era que o nacionalismo oficial nos mundos colonizados da Ásia e da África vinha diretamente modelado sobre o nacionalismo oficial dos estados dinásticos europeus do século XIX. Refletindo mais tarde, percebi que esse ponto de vista era precipitado e superficial, e que a genealogia próxima devia ser buscada na criação de imagens do Estado colonial. À primeira vista, essa conclusão pode surpreender, dado que os estados coloniais eram tipicamente *antinacionalistas*, e muitas vezes de forma violenta. Mas, se olharmos, sob as ideologias e políticas

coloniais, a gramática em que elas se apresentaram desde os meados do século XIX, essa linhagem se torna decididamente mais clara.

Poucas coisas mostram mais claramente essa gramática do que três instituições de poder, as quais, embora inventadas antes de meados do século XIX, modificaram a sua forma e função quando as zonas colonizadas ingressaram na era da reprodução mecânica. Essas três instituições são o censo, o mapa e o museu: juntas, elas moldaram profundamente a maneira pela qual o Estado colonial imaginava o seu domínio — a natureza dos seres humanos por ele governados, a geografia do seu território e a legitimidade do seu passado. Para analisar o caráter dessa conexão, neste capítulo vou concentrar a minha atenção no Sudeste Asiático, visto que as minhas conclusões são a título de ensaio e as minhas pretensões de conhecimento especializado se limitam à região. No entanto, o Sudeste Asiático oferece vantagens especiais para quem nutre interesse pela história comparada, pois inclui territórios colonizados por quase todas as potências imperiais “brancas” — Grã-Bretanha, França, Espanha, Portugal, Holanda e Estados Unidos —, bem como o Sião, que não foi colonizado. Leitores que tenham maior conhecimento de outras partes da Ásia e da África poderão julgar melhor se o meu argumento se sustenta em nível histórico e geográfico mais amplo.

### O CENSO

Em dois importantes artigos escritos recentemente, o sociólogo [Charles Hirschman](#) deu início ao estudo das *mentalités* dos recenseadores coloniais britânicos nas colônias do Estreito e na península malaia, e de seus sucessores no serviço do Estado conglo-

1. Ver acima, pp. 113-14.

merado independente da Malásia.<sup>2</sup> Os fac-símiles das “categorias de identidade” dos sucessivos censos apresentados por Hirschman, desde a segunda metade do século XIX até data recente, mostram uma série de mudanças extremamente rápidas e superficialmente arbitrárias, em que as categorias são constantemente unificadas, separadas, recombinadas, misturadas e reordenadas (mas aquelas que se referem a identidades politicamente poderosas sempre lideram a lista). Ele tira duas conclusões principais desses recenseamentos. A primeira é que, com o desgaste do período colonial, as categorias censitárias foram se tornando mais claras e exclusivamente raciais.<sup>3</sup> A identidade religiosa, por outro lado, foi se perdendo aos poucos como classificação primária. Os “hindus” — ali-nhados com os “klings” e os “bengalis” — desapareceram após o primeiro censo de 1871. Os “pársis” duraram até o censo de 1901, do qual ainda constavam — junto com os “bengalis”, os “burmeses” e os “tamiles” — dentro da ampla categoria de “tamiles e outros nativos da Índia”. Sua segunda conclusão é que, de modo geral, as grandes categorias raciais foram mantidas e até reforçadas após a independência, mas agora renomeadas e reescalonadas como “malasios”, “chineses”, “indianos” e “outros”. Todavia, persistiram anomalias até os anos 1980. No censo de 1980, os “sikhs” ainda apareciam idiossincriticamente como uma subcategoria pseudo-

2. Charles Hirschman, “The Meaning and Measurement of Ethnicity in Malaysia: An Analysis of Census Classifications”, *J. of Asian studies*, 46:3 (agosto 1987), pp. 552-89; e “The Making of Race in Colonial Malaya: Political Economy and Racial Ideology”, *Sociological Forum*, 1:2 (Primavera 1986), pp. 330-62.

3. Durante a era colonial, era espantosa a variedade de “européus” classificados. Mas, se em 1881 ainda eram agrupados basicamente nos itens “residentes”, “flu-tuantes” e “prisioneiros”, em 1911 já confraternizavam como membros de uma raça (“brancos”). Pode-se concordar que, até o fim, os recenseadores fixavam visivelmente embarracados, sem saber muito bem onde colocariam os classificados como “judéus”.

étnica — junto com os “malaios” e “telegus”, “paquistaneses” e “bangladeshianos”, “tamiles ceiloneses” e “outros ceiloneses” — sob o rótulo geral de “indianos”.

Mas os maravilhosos fac-símiles de Hirschman nos incitam a ir além de suas preocupações analíticas imediatas. Tome-se, por exemplo, o Censo da Federação dos Estados Malaios de 1911, que na categoria “População malaia por raça” arrola, na seguinte ordem, “malaios”, “javaneses”, “sakais”, “bajareses”, “boyaneses”, “mendelings” [sic], “krinchis” [sic], “jambis”, “achineses”, “bugis” e “outros”. À exceção dos “malaios” (na sua maioria) e dos “sakais”, todos esses “grupos” eram originários das ilhas de Sumatra, Java, Bornéu do Sul e Celebes, áreas pertencentes à enorme colônia vizinha das Índias Orientais holandesas. Mas essas origens externas à Federação dos Estados Malaios não são reconhecidas pelos recenseadores, os quais, ao construírem os seus “malaios”, mantêm os olhos modestamente baixados, restringindo-se às suas próprias fronteiras coloniais. (Nem é preciso dizer que, atravessando o estreito, os recenseadores holandeses estavam construindo uma imagem diferente dos “malaios”, como uma etnicidade ao lado, e não acima, dos “achéns”, “javaneses” e similares.) “Jambis” e “krinchis” se referem mais a lugares do que a qualquer coisa remotamente identificável como etnolinguística. É extremamente improvável que, em 1911, mais do que uma infima parcela desses povos assim classificados e subclassificados se reconhecesse sob tais rótulos. Essas “identidades” imaginadas pela mentalidade (confusamente) classificatória do Estado colonial ainda aguardavam uma reificação que, com a penetração administrativa imperial, logo se tornaria possível. Pode-se notar, também, a paixão dos recenseadores por uma categorização exaustiva e inequívoca. Daí a intolerância deles diante de identificações múltiplas, politicamente “travestidas”, indistintas ou variáveis. Daí a estranha subcategoria de “Outros” em cada grupo racial — os quais, porém, não devem de

modo algum ser confundidos com outros "Outros". A ideia fictícia do censo é que todos estão presentes nele, e que todos ocupam um — e apenas um — lugar extremamente claro. Sem frações.

Essa maneira de criar imagens, adotada pelo Estado colonial, tinha origens muito anteriores às dos censos dos anos 1870, de modo que, para entender plenamente a grande novidade deles, cumpre observarmos o período inicial da penetração europeia no Sudeste Asiático. Dois exemplos, extraídos do arquipélago filipino e do indonésio, são elucidativos. Num importante livro escrito recentemente, William Henry Scott tentou reconstruir em detalhes a estrutura de classe das Filipinas pré-hispânicas, baseando-se nos primeiros registros espanhóis.<sup>4</sup> Como historiador profissional, Scott sabe perfeitamente que o nome "Filipinas" vem de Felipe II da "Espanha", e que, por sorte ou azar, o arquipélago podia ter caído em mãos holandesas ou inglesas, ter se segmentado politicamente ou se recombinado com conquistas posteriores.<sup>5</sup> Portanto, sentimo-nos tentados a atribuir sua curiosa escolha do tema ao longo período de sua permanência nas Filipinas e às suas fortes simpatias por um nacionalismo filipino que, há um século, segue os rastros de um Éden aborígene. Mas há boas chances de que a

4. William Henry Scott, *Cracks in the parchment curtain*, capítulo 7, "Filipino class structure in the sixteenth century".

5. Na primeira metade do século XVII, os assentamentos espanhóis no arquipélago sofreram repetidos ataques das forças da Companhia das Índias Orientais, a maior corporação "transnacional" da época. Se os piedosos colonos católicos sobreviveram, foi graças ao protetor aqui-herético, que manteve Amsterdãm acuada durante boa parte do seu governo. Se a Companhia tivesse vencido, provavelmente seria Manila, e não Batavia (Jacarta), o centro do império "holandês" no Sudeste Asiático. Em 1762, Londres tomou Manila da Espanha, e a manteve por quase dois anos. É interessante notar que Madri só a conseguiu de volta em troca da Flórida, nada mais, nada menos, e de outras "posseções" espanholas a leste do Mississippi. Se as negociações tivessem sido outras, o arquipélago poderia ter ficado politicamente ligado a Maláia e a Cingapura durante o século XIX.

base mais profunda para a moldagem da sua imaginação sejam as fontes em que ele foi obrigado a confiar. Pois o fato é que, em qualquer parte das ilhas que os primeiros padres e conquistadores se aventuraram, avistavam-se em terra firme *principales*, *hidalgos*, *pecheros* e *esclavos* (príncipes, nobres, plebeus e escravos) — como que estamentos adaptados a partir das classificações sociais da Ibéria tardo-medieval. Os documentos por eles deixados mostram inúmeros indícios de que os *hidalgos* praticamente desconheciam a sua mútua existência no imenso arquipélago, disperso e pouco povoado, e, quando sabiam, costumavam se considerar reciprocamente não *hidalgos*, e sim inimigos ou escravos em potencial. Mas o poder da estrutura de referência é tão grande que essas indicações ficam marginalizadas na imaginação de Scott, e, portanto, ele tem dificuldade em ver que a "estrutura de classes" do período pré-colonial é uma criação "censitária" de imagens, formada a partir dos tombadilhos dos galeões espanhóis. Aonde quer que *eles* fossem, apareciam *hidalgos* e *esclavos*, que só podiam ser agregados enquanto tais, ou seja, "estruturalmente", por um Estado colonial incipiente.

Quanto à Indonésia, graças à pesquisa de Mason Hoadley, dispomos de uma apresentação detalhada de um importante processo judicial, com foro no porto costeiro de Cirebon, em Java, no final do século XVII.<sup>6</sup> Por sorte, os registros holandeses (da Companhia das Índias Orientais) e Cireboneses locais ainda existem. Se apenas a versão Cirebonesa tivesse sobrevivido, saberíamos que o réu, acusado de homicídio, era um alto funcionário da corte Cirebonesa, e teríamos apenas o seu título, Ki Aria Marta Ningrat, e não o seu nome pessoal. Mas os registros da Companhia o identificam asperamente como *chineses* — na verdade, esta é a única informação mais importante a respeito dele ali disponível. Assim, fica claro

6. Mason C. Hoadley, "State vs. Ki Aria Marta Ningrat (1696) e Tian Siangko (1720-21)" (ms., inédito, 1982).

que o tribunal cirebonês classificava as pessoas por escalação e posição social, enquanto a Companhia classificava por algo equivalente a "raça". Não há nenhuma razão para pensar que o réu — cuja alta posição comprova sua longa integração, bem como a de seus antepassados, dentro da sociedade cirebonesa, quaisquer que fossem as suas origens — se considerasse "um" chinês. Então, como a Companhia chegou a essa classificação? Em que tombadilho foi possível imaginar *chineses*? Com certeza só naqueles navios ferozmente mercantis que, sob comando centralizado, perambulavam incessantes de porto em porto entre o golfo de Mergui e a foz do Yang-tse-kiang. Esquecida da heterogeneidade populacional do Império do Centro, da mútua incompreensibilidade de várias das suas línguas faladas, e das origens sociais e geográficas peculiares da sua diáspora pelo litoral do Sudeste Asiático, a Companhia, com o seu olho transoceânico, imaginava uma série interminável de *chinezes*, assim como os conquistadores espanhóis tinham enxergado uma série infundável de *hidalgos*. E, com base nesse inventivo censo, ela começou a exigir que os coloniais classificados como *chinezes* se vestissem, morassem, casassem, fossem enterrados e transmitissem heranças de acordo com aquele censo. É notável que os ibéricos, muito menos viajantes e mercantis, tenham imaginado nas Filipinas uma categoria censitária bem diferente: o que eles chamavam de *sanglely*. Era uma incorporação ao espanhol do termo hokkiano *sengli*, que significa "comerciante"? Podemos imaginar os protorreccenseadores espanhóis perguntando aos comerciantes atraídos a Manila pelo comércio marítimo: "Quem são vocês?", e ouvindo a sensata resposta: "Somos comerciantes".<sup>8</sup>

7. Ver, p. ex., Edgar Wickberg, *The Chinese in Philippine life, 1850-1898*, capítulos 1 e 2.

8. O comércio marítimo — cujo entreposto foi, por mais de dois séculos, Manila — trocava sedas e porcelanas chinesas por prata mexicana.

Sem navegar pelos sete mares asiáticos, por dois séculos os ibéricos continuaram num nevoeiro conceitual confortavelmente provinciano. Demorou muito até que o *sanglely* virasse "chinês" — até que a palavra desapareceu no começo do século XIX, dando lugar ao estilo da Companhia das Índias, com o termo *chino*.

A verdadeira inovação dos recenseadores dos anos 1870, portanto, não consistiu na *construção* de classificações etnoraciais, e sim na sua *quantificação* sistemática. Os dirigentes pré-coloniais no mundo malaio-javanês já tinham tentado efetuar uma série de estimativas dos povos sob o seu controle, mas por meio de relações de impostos e listas de recrutamento. Os objetivos eram concretos e específicos: manter um rastreamento daqueles que realmente poderiam ser tributados e recrutados para o exército — pois esses dirigentes estavam interessados apenas em lucros e potenciais soldados. Os primeiros regimes europeus na região, sob esse aspecto, não diferiam muito dos anteriores. Mas, após 1850, as autoridades coloniais estavam usando meios administrativos cada vez mais sofisticados para contabilizar as populações, inclusive de mulheres e crianças (que os antigos dirigentes sempre tinham ignorado), segundo um labirinto de grades sem nenhum objetivo financeiro ou militar imediato. Antes, os súditos passíveis de tributação e recrutamento em geral sabiam muito bem que podiam ser enumerados; quanto a isso, dominante e dominado se entendiam às maravilhas, mesmo como antagonistas. Mas em 1870 uma mulher "cochinchina", isenta de impostos e que não serviria no exército, podia viver a vida inteira, feliz ou não, nas colônias do Estreito sem a menor ideia de que era assim que ela estava sendo mapeada de cima. Aqui fica evidente a peculiaridade do novo censo. Ele tentava contar minuciosamente os objetos da sua imaginação febril. Dadas a natureza exclusiva do sistema classificatório e lógica da própria quantificação, um "cochinchino" tinha de ser entendido como um dígito numa somatória de "cochinchini-

nos<sup>9</sup> reproduzíveis — dentro, é claro, do território do Estado. A nova topografia demográfica arrancou profundas raízes sociais e institucionais, conforme o Estado colonial aumentava de tamanho e multiplicava as suas funções. Guiado por esse mapa imaginado, ele organizava as novas burocracias do sistema educacional, jurídico, da saúde pública, polícia e imigração, que estava construindo sobre o princípio das hierarquias étnorraciais, sempre entendidas, porém, em termos de séries paralelas. A passagem das populações submetidas pela rede diferenciada de escolas, tribunais, clínicas, delegacias e departamentos de imigração criou “hábitos de tramitação” que, com o tempo, deram uma verdadeira vida social às fantasias anteriores do Estado.

Desnecessário dizer que nem sempre era fácil, e que o Estado tropeçou muitas vezes em realidades incômodas. A mais importante delas, de longe, era a filiação religiosa, que servia de base para comunidades imaginadas muito antigas e estáveis, que não se encaixavam minimamente no quadriculado autoritário do mapa do Estado leigo. Em diferentes graus, em diferentes colônias do Sudeste Asiático, os dirigentes tiveram de fazer adaptações um tanto desajeitadas, principalmente para o islamismo e o budismo. Os templos, as escolas e os tribunais, em particular, continuaram a florescer — e o acesso a eles era determinado pela escolha individual do povo, não pelo censo. O Estado raramente podia fazer mais do que tentar regular, restringir, contar, padronizar e subordinar hierarquicamente essas instituições em relação a si próprio.<sup>9</sup> Foi exatamente porque os templos, mesquitas, escolas e tribunais eram topograficamente anômalos que eles passaram a ser entendidos como zonas de liberdade e — com o tempo — fortalezas de onde os anticolonialistas religiosos, e mais tarde nacionalistas,

9. Ver capítulo 6, acima (p. 163) sobre a luta do colonialismo francês para separar o budismo no Camboja dos seus antigos vínculos com o Sião.

podiam sair para a batalha. Ao mesmo tempo, havia frequentes tentativas de implantar uma adequação maior entre o censo e as comunidades religiosas com — na medida do possível — a etnicização política e jurídica destas últimas. Na Federação dos Estados Malaios coloniais, essa tarefa era relativamente fácil. Aqueles que o regime considerava pertencentes à série “malaio” eram empurrados para os tribunais dos “seus” sultões castrados, em grande medida administrados de acordo com a lei islâmica.<sup>10</sup> Assim, “islâmico” era tratado como apenas, na verdade, um sinônimo de “malaio”. (Somente depois da independência, em 1957, certos grupos políticos se empenharam em inverter essa lógica, entendendo “malaio” como apenas, na verdade, um sinônimo de “islâmico”.) Nas vastas e heterogêneas Índias holandesas, onde no fim da era colonial uma série de organizações missionárias rivais havia feito inúmeras conversões em zonas bastante dispersas, uma tentativa parecida encontrou obstáculos muito maiores. No entanto, mesmo aí, os anos 1920 e 1930 presenciaram o crescimento de cristianismos “étnicos” (as igrejas Batak, Karo, Dayak, e assim por diante), que se desenvolveram, em parte, porque o Estado alocou zonas de proselitismo a diferentes grupos missionários de acordo com a sua própria topografia censitária. Com o islamismo, a Batávia não teve o mesmo êxito. Ela não se atreveu a proibir a peregrinação até Meca, mas tentava inibir o aumento do número de peregrinos, policiava as viagens e os espionava num posto de fronteira em Jiddah montado exclusivamente para esse fim. Nenhuma dessas medidas foi suficiente para impedir a intensificação dos contatos islâmicos das Índias Orientais com o enorme mundo do islamismo no exterior, sobretudo com as novas correntes de pensamento vindas do Cairo.<sup>11</sup>

10. Ver William Roff, *The origins of Malay nationalism*, pp. 72-4.

11. Ver Harry J. Benda, *The crescent and the rising sun*, capítulos 1-2.

Mas, enquanto isso, Cairo e Meca estavam começando a servir de uma nova e estranha maneira, não mais como simples localidades numa geografia muçulmana sagrada, mas também como pontos em folhas de papel que incluíam outros pontos, como Paris, Moscou, Manila e Caracas; a relação plana entre esses pontos indiferentemente laicos e sagrados era determinada por nada mais que uma linha reta calculada matematicamente. O mapa de Mercator, introduzido pelos colonizadores europeus, começava, impresso, a modelar a imaginação dos sudeste-asiáticos.

Numa brilhante tese de doutorado, o historiador tailandês Thongchai Winichakul rastreou os processos complexos de surgimento de um “Sião” com fronteiras próprias entre 1850 e 1910.<sup>12</sup> Seu estudo é elucidativo justamente porque o Sião não foi colonizado, embora aquelas que, ao final, viriam a ser as suas fronteiras foram colonialmente determinadas. No caso tailandês, portanto, podemos ver com uma clareza inusitada o surgimento de uma nova mentalidade estatal dentro de uma estrutura “tradicional” de poder político.

Até a ascensão do inteligente Rama IV (o Mongkut de *O rei e eu*), em 1851, existiam apenas dois tipos de mapas no Sião, ambos feitos à mão: lá, ainda não surgira a era da reprodução mecânica. Um deles era o que se poderia chamar de “cosmográfico”, uma representação simbólica formal dos Três Mundos da cosmologia budista tradicional. O mapa cosmográfico não era organizado horizontalmente, como os nossos mapas; consistia numa série de céus supraterrenos e infernos subterrâneos que penetravam no mundo visível ao longo de um eixo vertical. A única viagem para a

12. Thongchai Winichakul, “Siam Mapped: A History of the Geo-Body of Siam”, tese de doutorado, Universidade de Sidney, 1988.

qual ele servia era a jornada em busca do mérito e da salvação. O segundo tipo, totalmente mundano, consistia em diagramas de orientação para campanhas militares e navegação costeira. Grossamente organizados segundo o quadrante, seus traços principais eram anotações sobre o tempo de caminhada e de navegação, necessárias porque os cartógrafos não tinham nenhuma concepção técnica de escala. Cobrindo apenas um espaço terrestre e profano, geralmente eles eram desenhados numa estranha perspectiva ou mistura de perspectivas oblíquas, como se os olhos dos desenhistas, acostumados na vida diária a ver a paisagem na horizontal, ao nível do olho, mesmo assim estivessem subliminamente influenciados pela verticalidade do mapa cosmográfico. Thongchai observa que esses mapas-guias, sempre locais, nunca se situavam num contexto geográfico estável e maior; e que a convenção dos mapas modernos, com a vista geral, era totalmente estranha a eles.

Nenhum dos mapas marcava fronteiras. Seus criadores achariam incompreensível a elegante formulação de Richard Muir:<sup>13</sup>

Localizadas nas interfaces entre territórios estatais adjacentes, as fronteiras internacionais têm uma importância especial para determinar os limites da autoridade soberana e para definir a forma espacial das regiões políticas contidas. [...] Fronteiras [...] existem onde as interfaces verticais entre estados soberanos intersectam a superfície da terra. [...] Como interfaces verticais, as fronteiras não têm extensão horizontal. [...]

Existiam marcos militares e outras demarcações, e na verdade elas se multiplicavam nas franjas ocidentais do reino, quando os britânicos forçaram a entrada vindo da baixa Birmânia. Mas esses marcos eram dispostos de forma descontínua, em vaus e desfiladei-

13. Richard Muir, *Modern political geography*, p. 119.

ros estratégicos, e muitas vezes estavam a distâncias consideráveis dos marcos correspondentes dispostos pelos adversários. Eram entendidos horizontalmente, na altura dos olhos, como pontos demarcando a extensão do poder real, e não “do alto”. Foi apenas nos anos 1870 que as lideranças tailandesas começaram a pensar nas fronteiras como segmentos de uma linha contínua num mapa, que não correspondia a nada visível no chão, mas que demarcava uma soberania exclusiva contida entre outras soberanias. Em 1874, apareceu o primeiro manual de geografia, do missionário norte-americano J. W. Van Dyke — um dos produtos iniciais do capitalismo editorial que então começava a penetrar no Sião. Em 1882, Rama V fundou uma escola especial de cartografia em Bangcoc. Em 1892, o ministro da Educação, príncipe Damrong Rajanuphab, ao inaugurar um sistema educacional de tipo moderno no país, fez da geografia matéria obrigatória nos primeiros anos do secundário. Por volta de 1900, publicou *Phumissat Savam* [Geografia do Sião] de W. G. Johnson, que passou a ser o modelo para todos os materiais geográficos impressos no país.<sup>14</sup> Thongchai nota que a convergência vetorial entre o capitalismo tipográfico e a nova concepção de realidade espacial, apresentada por esses mapas, teve um impacto imediato no vocabulário da política tailandesa. Entre 1900 e 1915, as palavras tradicionais *krung* e *muang* praticamente desapareceram, pois imaginavam o território em termos de capitais sagradas e centros populacionais visíveis e descontínuos.<sup>15</sup> No lugar delas, veio *prathet*, “país”, que o imaginava nos termos invisíveis de um espaço físico delimitado por fronteiras.<sup>16</sup>

14. Thongchai, “Siam Mapped”, pp. 105-10, 286.

15. Para uma discussão completa das antigas concepções de poder em Java (que, com pequenas diferenças, correspondiam às existentes no Velho Sião), ver o meu *Language and power*, capítulo 1.

16. Thongchai, “Siam Mapped”, p. 110.

Tal como os censos, os mapas de tipo europeu operavam com base em uma classificação totalizante, que levou os seus produtores e consumidores burocráticos a políticas de consequências revolucionárias. Desde a invenção do cronómetro, em 1761, por John Harrison, que permitiu o cálculo exato das longitudes, a superfície curva de todo o planeta havia sido submetida a uma grade geométrica que enquadrava os mares vazios e as regiões inexploradas dentro de quadriculados medidos com precisão.<sup>17</sup> A tarefa de, por assim dizer, “preencher” esses quadriculados ficava a cargo de exploradores, topógrafos e soldados. No Sudeste Asiático, a segunda metade do século XIX foi a idade de ouro dos topógrafos militares — coloniais e, pouco depois, tailandeses. Eles se mobilizaram para deixar o espaço sob a mesma vigilância que os recenseadores tentavam impor às pessoas. Triangulação por triangulação, guerra por guerra, tratado por tratado, assim avançava o alinhamento entre o mapa e o poder. Nas palavras perspicazes de Thongchai:<sup>18</sup>

Em termos de inúmeras teorias da comunicação e do senso comum, um mapa é uma abstração científica da realidade. Um mapa apenas representa algo que já existe objetivamente “ali”. Na história que eu apresentei, essa relação estava invertida. Um mapa antecipava a realidade espacial, e não vice-versa. Em outros termos, um mapa era um modelo para o que (e não um modelo do que) se pretendia representar. [...] Ele havia se tornado um instrumento real para concretizar projeções sobre a superfície terrestre. Agora era necessário um mapa que respaldasse as reivindicações das tropas e os novos mecanismos administrativos. [...] O discurso do mapeamen-

17. David S. Landes, *Revolution in time: clocks and the making of the modern world*, capítulo 9.

18. “Siam Mapped”, p. 310.

to era o paradigma dentro do qual funcionavam e serviam as operações tanto administrativas quanto militares.

Na virada do século, com as reformas do príncipe Damrong no Ministério do Interior (um belo nome de mapeamento), por fim a administração do reino foi posta numa base totalmente cartográfica territorial, seguindo a prática anterior vigente nas colônias vizinhas.

Seria insensato desconsiderar a interseção crucial entre o mapa e o censo. Pois o novo mapa foi um sólido instrumento para romper a série infindável de “hakkas”, “ceiloneses não tamiéis” e “javaneses” gerada pelo aparato formal do censo, delimitando territorialmente, para finalidades políticas, onde cada um deles terminava. Além disso, numa espécie de triangulação demográfica, o censo preenchia politicamente a topografia formal do mapa.

Dessas mudanças surgiram dois avatares finais do mapa (ambos instituídos pelo Estado colonial no seu último período) que prefiguram diretamente os nacionalismos oficiais do Sudeste Asiático no século XX. Com plena consciência de que eram intrusos nos distantes trópicos, mas vindos de uma civilização onde a herança e a transferência legais do espaço geográfico provinham de longa data,<sup>19</sup> os europeus frequentemente tentaram legitimar a expansão do seu poder através de métodos de aparência legal. Um dos mais utilizados era tomar como “herança” as supostas soberanias dos dirigentes nativos, eliminados ou submetidos pelos euro-

19. Não me refiro simplesmente à herança e à venda de propriedades fundiárias privadas no sentido usual. Mais importante era a prática europeia de efetuar transferências políticas das terras, junto com as respectivas populações, através dos casamentos dinásticos. As princesas traziam ducados e pequenos principados como dote de casamento para os maridos, e essas transferências eram formalmente negociadas e “assinadas”. O lema *Bella gerant alii, felix Austria, nubel* seria inconcebível em qualquer Estado da Ásia pré-colonial.

peus. De qualquer forma, os usurpadores estavam reconstruindo, sobretudo em relação a outros europeus, a história da aquisição das novas posses. Daí o surgimento de “mapas históricos”, em especial na segunda metade do século XIX, destinados a demonstrar, no novo discurso cartográfico, a vetustez de unidades territoriais específicas solidamente delimitadas. Através da sequência cronológica dada a esses mapas, surgia uma espécie de narrativa político-biográfica daquele espaço, às vezes com vasta profundidade histórica.<sup>20</sup> Por outro lado, essa narrativa foi adotada, mesmo sofrendo várias adaptações, pelos Estados nacionais que, no século XX, se tornaram os herdeiros dos Estados coloniais.<sup>21</sup>

O segundo avatar era o mapa-como-logó. Suas origens eram razoavelmente inocentes — o costume dos estados imperiais de, nos mapas, colorir as suas colônias com uma tinta imperial. Nos mapas imperiais de Londres, as colônias britânicas geralmente eram pintadas de rosa-vermelho, as francesas de púrpura-azul, as holandesas de amarelo-marrom, e assim por diante. Colorida dessa forma, cada colônia aparecia como uma peça separada de um quebra-cabeça. Como esse efeito de “quebra-cabeça” tornou-se normal, cada “peça” podia ser totalmente destacada do seu contexto geográfico. Na sua forma final, todos os dados explicativos podiam ser sumariamente removidos: as linhas de latitude e lon-

20. Ver Thongchai, “Siam Mapped”, p. 387, sobre a absorção desse estilo de criação de imagens pela classe dominante tailandesa. Além disso, de acordo com esses mapas históricos, o corpo geológico não é uma particularidade moderna, mas remonta a mais de mil anos. Os mapas históricos, portanto, ajudam a reafirmar qualquer sugestão de que a nacionalidade teria surgido recentemente, e elimina a tese de que o Sião da época era o resultado de rupturas. Bem como a ideia de que a origem do Sião estava na ligação entre as autoridades siamesas e europeias.

21. Essa adoção não foi de maneira alguma um artilhagem maquiavélica. A consciência dos primeiros nacionalistas em todas as colônias do Sudeste Asiático foi profundamente moldada pelo “formato” do Estado colonial e das suas instituições. Ver capítulo 6.

gitude, os nomes dos lugares, os símbolos dos rios, dos mares e das montanhas, e os *vizinhos*. Puro signo, não mais bússola para o mundo. Com esse formato, o mapa ingressou numa série que podia ser reproduzida ao infinito, podendo ser transferido para cartazes, selos oficiais, cabeçalhos, capas de revistas e manuais, toa-lhas de mesa e paredes de hotéis. Imediatamente identificável, visível por toda parte, o mapa-logo penetrou fundo na imaginação popular, formando um poderoso emblema para os nacionalismos anticoloniais que vinham nascendo.<sup>22</sup>

A Indonésia moderna nos oferece um belo e doloroso exemplo desse processo. Em 1828, foi assentada a primeira colônia holandesa infestada de febre na ilha da Nova Guiné. Ela teve de ser abandonada em 1836, mas a Coroa holandesa proclamou a soberania sobre aquela parte da ilha a 141 graus de longitude leste (uma linha invisível que não correspondia a nada no solo, mas enquadra nos espaços em branco de Conrad, que vinham diminuindo),\* com a exceção de algumas faixas litorâneas sob a soberania do sultão de Tidore. Apenas em 1901, Haia comprou a parte do sultão e incorporou a Nova Guiné Ocidental às Índias holandesas —

22. Nos textos de Nick Joaquín, importante homem de letras — e incontestável patriota — das Filipinas de hoje, podemos ver a poderosa atuação desse emblema operando sobre a mais sofisticada inteligência. Joaquín afirma que o general Antonio Luna, trágico herói da luta antiamericana de 1898-99, apressou-se em “cumprir o papel que fora instintivo nos crioulos durante três séculos: a defesa da forma das Filipinas contra um destruidor estrangeiro”, *A question of heroes*, p. 164 (grifo meu). Em outra passagem, ele observa, de modo surpreendente, que “os mercenários, convertidos e aliados filipinos [da Espanha] enviados contra o rebelde filipino podem ter mantido o arquipélago como espanhol e cristão, mas também o impediram de se esfalar”, e que eles “estavam lutando (o que quer que pretendessem os espanhóis) para manter o Filipino uno”, *ibid.*, p. 58.

\* Referência à imagem usada por Joseph Conrad para designar as regiões já mapeadas, mas ainda inexploradas, do globo. [Ed. bras.: *O coração das trevas*, trad. Albino Poli Jr., Porto Alegre, L&PM, 1998, pp. 13-4.]

bem na hora certa da logoização. Grandes partes da região continuaram espaços em branco no sentido conradiano até depois da Segunda Guerra Mundial; os poucos holandeses que lá moravam eram, na maioria, missionários, mineradores — e guardas de prisões especiais para nacionalistas indonésios radicais e intransigentes. Os pântanos ao norte de Merauke, no extremo sudeste da Nova Guiné holandesa, foram escolhidos para isso justamente porque a região era considerada muito distante do resto da colônia, e a população local, da “idade da pedra”, não tinha sofrido nenhum contágio com o pensamento nacionalista.<sup>23</sup>

O desterro, e muitas vezes o enterro, de mártires nacionalistas na região deu à Nova Guiné Ocidental um lugar de destaque no folclore da luta anticolonial, e converteu-a num sítio sagrado para o imaginário nacional: a Indonésia Livre, de Sabang (na ponta noroeste de Sumatra) até — onde mais? — Merauke. Não fazia a menor diferença o fato de que, tirando as poucas centenas de prisioneiros, nenhum nacionalista jamais tivesse visto com os próprios olhos a Nova Guiné, até os anos 1960. Mas os *logomapas* que percorriam a colônia, mostrando uma Nova Guiné Ocidental *sem nada ao seu leste*, reforçavam inconscientemente os laços que se desenvolviam na imaginação. Quando os holandeses, no desfecho das ásperas guerras anticoloniais de 1945-49, foram obrigados a ceder a soberania do arquipélago para os Estados Unidos da Indonésia, eles tentaram (por razões que não precisam nos deter aqui) separar novamente a Nova Guiné Ocidental, mantê-la por algum tempo sob domínio colonial e prepará-la como uma nação independente. Esse empreendimento só foi abandonado em 1963, em virtude de uma forte pressão diplomática americana e de ataques militares indonésios. Foi só aí que o presidente Sukarno, aos

23. Ver Robin Osborne, *Indonesia's secret war, the guerrilla struggle in Irian Jaya*, pp. 8-9.

62 anos, visitou pela primeira vez uma região que havia sido objeto de seus incansáveis discursos durante quatro décadas. Podemos atribuir as difíceis relações que então se estabeleceram entre os povos da Nova Guiné Ocidental e os emissários do Estado indonésio independente ao fato de que os indonésios consideraram esses povos como “irmãos e irmãs” — e nisso são mais ou menos sinceros —, ao passo que os referidos povos, de modo geral, veem as coisas de maneira muito diferente.<sup>24</sup>

Essa diferença se deve, em larga medida, ao censo e ao mapa. O terreno acidentado e a distância da Nova Guiné criaram, ao longo dos milênios, uma extraordinária fragmentação linguística. Quando os holandeses saíram da região, em 1963, calculavam que, entre a população de 700 mil habitantes, havia bem mais de duzentas línguas, na maioria incompreensíveis entre si.<sup>25</sup> Muitos dos grupos “tribais” mais remotos nem sequer sabiam da sua mútua existência. Mas, sobretudo a partir de 1950, missionários e funcionários holandeses empreenderam pela primeira vez um verdadeiro esforço para “unificá-los”, fazendo recenseamentos, ampliando as redes de comunicações, montando escolas e construindo estruturas governamentais supra-“tribais”. Esse esforço foi realizado por um Estado colonial que, como notamos antes, tinha a característica única de ter governado as Índias, não basicamente numa

24. Desde 1963, ocorreram inúmeros episódios sangrentos na Nova Guiné Ocidental (agora chamada Irian Jaya — Grande Irian), em parte devido à militarização do Estado indonésio desde 1965, em parte devido às atividades guerrilheiras intermitentes do chamado Movimento Papua Livre (OPM). Mas essas brutalidades empalidecem ao lado da selvageria de Jacarta no Timor Leste, ex-colônia portuguesa, onde cerca de 1/3 dos 600 mil habitantes morreu devido à guerra, à fome, à doença e à “recolonização” nos três primeiros anos após a invasão de 1976. Não acho que seja um erro sugerir que essa diferença se deve, em parte, à ausência de Timor Leste nas logomagens das Índias Orientais holandesas e, até 1976, da Indonésia.

25. Osborne, *Indonesia's secret war*, p. 2.

língua europeia, mas num “malaiio administrativo”.<sup>26</sup> Assim, a Nova Guiné Ocidental foi “criada” na mesma língua em que a Indonésia havia crescido antes (e que, com o tempo, passou a ser a língua nacional). A ironia é que, dessa forma, o *bahasa Indonesia* se tornou a língua franca de um nacionalismo nascente na Nova Guiné Ocidental, a Papua Ocidental.<sup>27</sup>

Mas o que unificou, principalmente depois de 1963, os jovens nacionalistas da Papua Ocidental que viviam em desavenças foi o mapa. É verdade que o Estado indonésio mudou o nome da região, de West Nieuw Guinea para Irian Barat (Irian Ocidental) e depois para Irian Jaya, mas ele enxergava a sua realidade local a partir do atlas da era colonial, com uma espécie de vista aérea. Antropólogos, missionários e funcionários locais, dispersos ali e acolá, podiam conhecer e pensar sobre os ndanis, os asmats e os baudis. Mas o Estado em si, e através dele a população indonésia como um todo, via apenas um fantasmagórico “irianês” (*orang irian*), assim designado *a partir do mapa*; por ser fantasmagórico, podia ser imaginado quase como um logo: de traços “negroides”, com tanga, e assim por diante. De uma forma que nos lembra como a Indonésia foi inicialmente imaginada, dentro das estruturas racistas das Índias Orientais holandesas do começo do século XX, surgiu então um embrião de comunidade nacional “irianesa”, delimitada pelo meridiano 141 e pelas províncias vizinhas das Molucas do norte e sul. Quando Arnold Ap, o seu porta-voz mais importante e atraente, foi assassinado pelo Estado em 1984, ele era o curador de um museu do Estado dedicado à cultura “irianesa” (da província).

26. Ver acima, p. 110.

27. O melhor sinal disso é que o nome da organização guerrilheira nacionalista contra a Indonésia — Organisasi Papua Merdeka (OPM) — é composto de palavras indonésias.

O vínculo entre a profissão e o assassinato de Ap não é de forma alguma casual. Pois os museus e a imaginação museológica são profundamente políticos. O seu museu tinha sido instituído por uma distante Jakarta, fato que nos mostra o quanto o novo Estado nacional da Indonésia tinha aprendido com o seu antecessor imediato, as Índias Orientais holandesas coloniais. A atual proliferação de museus em volta do Sudeste Asiático sugere que há um processo geral de incorporação de heranças políticas em andamento. Para entendermos minimamente esse processo, temos de avaliar a nova arqueologia colonial otocentista que possibilitou a existência de tais museus.

Até o início do século XIX, os dirigentes coloniais no Sudeste Asiático mostravam pouquíssimo interesse pelos antigos monumentos das civilizações que haviam subjugado. Thomas Stamford Raffles, sinistro emissário da Calcutá de William Jones, foi o primeiro funcionário colonial importante que não se limitou a reunir uma grande coleção pessoal de *objets d'art* locais, mas estudou sistematicamente a história deles.<sup>28</sup> A partir daí, e numa rapidez sempre maior, as grandezas do Borobudur, de Angkor, de Pagan e outras localidades antigas foram sucessivamente desenterradas, capinadas, medidas, fotografadas, reconstruídas, removidas, analisadas e postas em exposição.<sup>29</sup> Os serviços arqueológicos coloniais se tornaram

28. Em 1811, as forças da Companhia das Índias Orientais tomaram todas as possessões holandesas nas Índias (Napoleão havia anexado a Holanda à França no ano anterior). Raffles governou Java até 1815. A sua monumental *História de Java* foi editada em 1817, dois anos antes que ele fundasse Cingapura.

29. A museificação do Borobudur, o maior templo budista do mundo, exemplifica esse processo. Em 1814, o regime de Raffles o “descobriu” e retirou o mato que o recobria. Em 1845, Schaefer, aventureiro e artista alemão autônomo, convenceu as autoridades holandesas na Batávia a lhe pagarem para fazer os primeiros

instituições de poder e prestígio, convocando os serviços de alguns funcionários com erudição e de capacidade excepcional.<sup>30</sup>

Analisar minuciosamente por que isso ocorreu na época em que ocorreu nos levaria longe demais. Aqui, talvez baste sugerir que essa mudança esteve associada ao eclipse dos regimes coloniais comerciais das duas grandes Companhias das Índias Orientais e ao surgimento da verdadeira colônia moderna, diretamente

daguerrotípos. Em 1851, a Batávia enviou uma equipe de funcionários públicos, coordenada pelo engenheiro civil F. C. Wilsen, para um levantamento sistemático dos baixos-relevos e também para montar um conjunto “científico” completo de litogravuras. Em 1874, o dr. C. Leemans, diretor do Museu de Antiguidades de Leiden, publicou, por ordem do ministro das colônias, a primeira grande monografia especializada; ele se baseou essencialmente nas litogravuras de Wilsen, nunca chegando a visitar o local. Nos anos 1880, o fotógrafo profissional Cephas fez um levantamento fotográfico completo, de tipo moderno. Em 1901, o regime colonial formou uma Oudheidkundige Commissie (Comissão de Antiguidades). Entre 1907 e 1911, a Comissão supervisionou a restauração integral do templo, executada por uma equipe comandada pelo engenheiro civil Van Erp e financiada pelo Estado. Decreto em reconhecimento desse sucesso, a comissão foi promovida em 1913 a um Oudheidkundigen Dienst (Setor de Antiguidades), responsável pela manutenção cuidadosa do monumento até o final do período colonial. Ver C. Leemans, *Boro-Boudour*, pp. ii-iv, e N. J. Krom, *Inleiding tot de Hindoe-Javansche Kunst*, I, capítulo 1.

30. O vice-rei Curzon (1899-1905), um aficionado por antiguidades que, segundo Groslier, “energizou” a Inspeção Arqueológica da Índia, expôs muito bem a questão: “[...] igualmente nosso dever desenterrar e descobrir, classificar, reproduzir e descrever, copiar e decifrar, cuidar e conservar”. (Foucault não diria melhor.) Em 1899, foi fundado o Departamento Arqueológico da Birmanha — então parte da Índia britânica —, que logo deu início à restauração de Pagan. No ano anterior, fora inaugurada a École Française d’Extrême-Orient em Saigon, logo se seguindo uma Diretoria de Museus e Monumentos Históricos da Indochina. Imediatamente depois que os franceses tomaram Siemreap e Bantambang do Sião, em 1907, foi montado um Serviço de Conservação de Angkor para “curzonizar” os monumentos antigos mais impressionantes do Sudeste Asiático. Ver Bernard Philippe Groslier, *Indochina*, pp. 155-7, 174-7. Como vimos acima, a Comissão de Antiguidades colonial holandesa foi montada em 1901. A coincidência das datas — 1899, 1898, 1901 — não só mostra o quanto as

te vinculada à metrópole.<sup>31</sup> Dessa forma, agora o prestígio do Estado colonial estava intimamente ligado ao do seu superior na terra natal. É notável como os trabalhos arqueológicos se concentraram maciçamente na restauração de monumentos imponentes (e como estes começaram a ser colocados em mapas para distribuição e instrução do público: estava em curso uma espécie de censo necrológico). Sem dúvida, essa ênfase refletia modas orientalistas gerais. Mas o grande volume de recursos investidos nos permitia suspeitar que o Estado tinha as suas próprias razões não científicas. Três se apresentam de imediato, sendo a última certamente a mais importante.

Em primeiro lugar, o momento desse dinamismo arqueológico coincidiu com a primeira luta política sobre os programas educacionais do Estado.<sup>32</sup> Os “progressistas” — colonos e nativos

---

potências coloniais rivais se observavam mutuamente, como também indica profundas mudanças em curso no imperialismo na virada do século. Como seria de esperar, o Sião independente caminhou mais devagar. O seu Serviço Arqueológico só foi fundado em 1924, e o seu Museu Nacional em 1926. Ver Charles Higham, *The archaeology of mainland Southeast Asia*, p. 25.

31. A Companhia Holandesa das Índias Orientais, falida, foi liquidada em 1799. Mas a colônia das Índias holandesas data de 1815, quando a Holanda recuperou a sua independência com a Sagrada Aliança, e Guilherme I de Orange instituiu um trono holandês, inventado primeiramente por Napoleão e o seu bondoso irmão Luís, em 1806. A Companhia Britânica das Índias Orientais sobreviveu até o grande Motim indiano de 1857.

32. A Oudheidkundige Commissie foi montada pelo mesmo governo que (em 1901) inaugurou a nova “Política Ética” para as Índias, a qual, pela primeira vez, tinha como objetivo instituir um sistema educacional de tipo ocidental para parcelas consideráveis da população colonizada. O governador-geral Paul Doumer (1897-1902) criou tanto a Diretoria de Museus e Monumentos Históricos da Indochina quanto o aparato educacional moderno da colônia. Na Birmânia, a enorme expansão do ensino médio e universitário — que entre 1900 e 1940 octuplicou o número de alunos secundaristas, passando de 27 401 para 233 543, e multiplicou por vinte o número de estudantes universitários,

— pressionavam por investimentos de monta na escolarização moderna. Contra eles alinhavam-se os conservadores, que temiam as consequências a longo prazo dessa escolarização e preferiam que os nativos continuassem nativos. A essa luz, as restaurações arqueológicas — logo seguidas por edições de textos literários tradicionais, patrocinadas pelo Estado — podem ser vistas como uma espécie de programa educacional conservador, que também servia como pretexto para resistir à pressão dos progressistas. Em segundo lugar, o programa ideológico formal das reconstruções sempre colocava os construtores dos monumentos e os nativos coloniais numa determinada hierarquia. Em alguns casos, como nas Índias Orientais holandesas até os anos 1930, alimentava-se a ideia de que os construtores, na verdade, não eram da mesma “raça” dos nativos (eram “realmente” imigrantes indianos).<sup>33</sup> Em outros casos, como na Birmânia, o que se imaginava era uma decadência secular, de modo que os nativos contemporâneos não eram mais capazes das realizações dos seus ditos ancestrais. A essa luz, os monumentos reconstruídos, ao lado da pobreza rural circundante, diziam aos nativos: a nossa mera presença mostra que vocês sempre foram, ou há muito tempo se torraram, incapazes de grandeza ou de autogoverno.

A terceira razão nos leva mais fundo, e mais perto do mapa. Vimos antes, na nossa discussão sobre o “mapa histórico”, que os regimes coloniais começaram se apegando, além da conquista, a

---

de 115 para 2365 — começou justamente quando o Departamento Arqueológico da Birmânia entrou em ação. Ver Robert H. Taylor, *The state in Burma*, p. 114.

33. Parcialmente influenciados por esse tipo de pensamento, intelectuais, arqueólogos e funcionários tailandeses conservadores continuam até hoje a atribuir Angkor ao misterioso Khom, que desapareceu sem deixar rastro, e certamente não têm nenhuma ligação com os desprezados cambojanos de hoje.

questões de antiguidade, a princípio por razões estritamente maquiavélico-legalistas. Mas, com o passar do tempo, as alegações francamente brutais sobre o direito de conquista foram diminuindo, e aumentaram os esforços de criar uma legitimidade alternativa. Crescia o número de europeus que nasciam no Sudeste Asiático e queriam que aquele fosse seu lar. A arqueologia monumental, cada vez mais ligada ao turismo, permitia que o Estado aparecesse como o guardião de uma tradição generalizada, mas também local. Os antigos sítios sagrados deviam ser incorporados ao mapa da colônia, e o seu venerando prestígio (o qual, se tivesse desaparecido, como amituê se deu, seria revivido pelo Estado) envolveria também os cartógrafos. Ilustra bem essa situação paradoxal o fato de que os monumentos reconstruídos eram cercados por gramados elegantemente traçados, sempre com placas explicativas, cheias de datas, dispostas aqui e ali. Além disso, foram feitos para permanecer vazios ou com meia dúzia de turistas perambulando (na medida do possível, nada de peregrinações ou cerimônias religiosas). Assim museificados, eles eram repositionados como insígnias de um Estado colonial secular.

Mas, como notamos acima, um traço característico dos recursos instrumentais desse Estado laico era a reproduzibilidade ao infinito, tecnicamente possível devido à imprensa e à fotografia, mas político-culturalmente possível devido à descrença dos próprios dirigentes no caráter sagrado desses sítios locais. Por toda parte nota-se uma espécie de progressão: (1) relatórios arqueológicos maciços, tecnicamente sofisticados, com dezenas de fotografias, registrando o processo de reconstrução de cada ruína; (2) livros luxuosamente ilustrados para consumo público, inclusive estampas exemplares de todos os principais sítios reconstruídos *dentro da colônia* (tanto melhor se santuários budistas hindus pudessem ficar ao lado de mesquitas islâmicas restauradas, como no caso das

Índias holandesas).<sup>34</sup> Graças ao capitalismo tipográfico, os sítios do Estado passam a ter acesso, mesmo que a alto custo, a uma espécie de censo pictórico do patrimônio estatal; (3) uma logoização geral, possível graças aos processos de laicização anteriormente mencionados. Modelares, nessa fase, são os selos postais, com as suas séries típicas — aves, frutas, fauna dos trópicos, e por que não monumentos também? Mas os cartões-postais e os livros didáticos seguem a mesma lógica. A partir daqui, basta um passo para o mercado: Hotel Pagan, Borobudur Fried Chicken, e assim por diante.

Esse tipo de arqueologia, que amadurecia na era da reprodução mecânica, era profundamente político, mas em um nível tão profundo que quase ninguém, nem mesmo o funcionalismo do Estado colonial (que, nos anos 1930, era 90% composto de nativos em grande parte do Sudeste Asiático), se apercebia do fato. Ele havia se tornado totalmente normal e correto. Era precisamente a reproduzibilidade cotidiana infinita das suas insígnias que revelava o verdadeiro poder do Estado.

Decerto não surpreende muito que os estados pós-independência, que mostravam nítidas continuidades com os antecessores coloniais, tenham herdado essa forma de museificação política. Por exemplo, em 9 de novembro de 1968, como parte das comemorações do 15º aniversário da independência do Camboja, Norodom Sihanouk mandou expor uma grande réplica de madeira e *papier*

34. Um belo exemplo tardio é *Ancient Indonesian art*, do estudioso holandês A. J. Berner Kemper, que se apresenta como “ex-diretor de arqueologia na Indonésia [sic]”. Nas pp. 24-5, encontramos mapas que mostram a localização dos sítios antigos. O primeiro é especialmente instrutivo, visto que o seu formato retangular (enquadrado a leste pelo meridiano 141) inclui a contragosto a Mindanao filipina, o norte de Bornéu da Malásia Britânica, a península malaia e Cingapura. Todos estes estão em branco, sem nenhum sítio arqueológico e nem sequer nomes, exceto um solitário e inexplicável “Kedah”. A passagem do budismo hinduísta para o islamismo aparece depois da ilustração 340.

*mâché* do grande templo Bayon de Angkor no estádio nacional de esportes em Phnom Penh.<sup>35</sup> A réplica era tremendamente rude e grosseira, mas serviu ao seu objetivo — reconhecimento instantâneo, graças a uma história de logoização durante a era colonial. “Ah, nosso Bayon” — mas com o apagamento total da lembrança dos restauradores coloniais franceses. Reconstruído pelos franceses, Angkor Wat, novamente uma peça solta de quebra-cabeça como vimos no capítulo 8 do presente livro, tornou-se o símbolo central das sucessivas bandeiras do regime monarquista de Sihanouk, do militarista de Lon Nol e do jacobino de Pol Pot.

Ainda mais impressionantes são as mostras de incorporação da herança anterior num nível mais popular. Um exemplo revelador consiste numa série de pinturas de episódios da história nacional, encomendadas pelo Ministério da Educação da Indonésia nos anos 1950. As pinturas deviam ser produzidas em massa e distribuídas por toda a rede de ensino do primeiro grau; os jovens indonésios deviam ter representações visuais do passado do seu país nas paredes das salas de aula — em toda parte. A maioria dos panos de fundo era naquele previsível estilo sentimental naturalista da arte comercial do começo do século XX, e as figuras humanas seguiam os dioramas de museu da era colonial ou o teatro folclórico pseudo-histórico, o popular *wayang orang*. Mas a série mais interessante mostrava às crianças uma representação do Borobudur. Na verdade, esse monumento colossal, com 504 imagens de Buda, 1 460 painéis pictóricos e 1 212 painéis de pedra decorativos é um repertório fantástico da antiga escultura javanesa. Mas o respeitado artista imagina essa maravilha no seu auge, no século IX d.C. de uma maneira instrutivamente distorcida. Borobudur é pintado totalmente de branco, sem nenhum traço visível de escultura. Cercado de gramados bem aparados e alamedas arborizadas e regula-

res, *não se vê um único ser humano*.<sup>36</sup> Talvez alguém alegue que esse vazio reflete o desconforto de um pintor muçulmano contemporâneo diante de uma antiga realidade budista. Mas eu desconfiço que, na verdade, o que estamos vendo é um descendente inconsciente e direto da arqueologia colonial: Borobudur como insignia do Estado e como logoimagem do tipo “claro, é ele”. É um Borobudur tanto mais poderoso como signo da identidade nacional por que todos sabem que ele se situa numa série infinita de idênticos Borobudurs.

Assim, mutuamente interligados, censo, mapa e museu iluminam o estilo de pensamento do Estado colonial tardio em relação aos seus domínios. A “urldura” desse pensamento era uma grade classificatória totalizante que podia ser aplicada com uma flexibilidade ilimitada a qualquer coisa sob o controle real ou apenas visual do Estado: povos, regiões, religiões, línguas, objetos produzidos, monumentos, e assim por diante. O efeito dessa grade era sempre poder dizer que tal coisa era isso e não aquilo, que fazia parte disso e não daquilo. Essa coisa qualquer era delimitada, determinada e, portanto, em princípio enumerável. (Os cônicos itens classificatórios e subclassificatórios do censo, chamados “Outros”, ocultavam todas as anomalias da vida real com um esplêndido *trompe l’œil* burocrático.) A “trama” era o que podemos chamar de serialização: o pressuposto de que o mundo era feito de plurais reproduíveis. O particular sempre aparecia como um representante provisório de uma série, e devia ser tratado a essa luz. É por isso que o Estado colonial imaginava uma série chinesa diante de qual-

35. Ver *Kambujia*, 45 (dezembro 1968), para algumas fotografias curiosas.

36. Aqui o argumento se baseia em material analisado mais extensamente em *Landscape and power*, capítulo 5.

quer chinês, e uma série nacionalista diante do surgimento de qualquer nacionalista.

Quem nos apresenta a melhor metáfora dessa estrutura mental é o grande romancista indonésio Pramooedya Ananta Toer, que deu ao último volume da sua tetralogia sobre o período colonial o título de *Rumah Kaca* — a Casa de Vidro. É uma imagem, tão vigorosa quanto o Panóptico de Bentham, de levantamento e rastreamento total. Pois o Estado colonial não pretendia apenas criar, sob o seu controle, uma paisagem humana de plena visibilidade; a condição dessa “visibilidade” era que tudo e todos tivessem (por assim dizer) um número de série.<sup>37</sup> Esse estilo de criação imaginária não nasceu do nada. Foi resultante das tecnologias de navegação, astronomia, horologia, topografia, fotografia e impressão gráfica, para nem mencionar a tremenda força propulsora do capitalismo.

Assim, o mapa e o censo modelaram a gramática que, no devir-do tempo, possibilitaria o surgimento da “Birmânia” e dos “birmanianos”, da “Indonésia” e dos “indonésios”. Mas a concretização dessas possibilidades — que ainda prospera vigorosamente, muito tempo após o fim do Estado colonial — é largamente tributária do tipo específico de criação de imagens do Estado colonial em relação à história e ao poder. A arqueologia era uma atividade inconcebível no Sudeste Asiático pré-colonial; ela foi adotada no Sião, que não foi colonizado, já numa época bem adiantada, e seguindo o estilo do Estado colonial. Ela criou a série “monumentos antigos”, segmentada dentro da rubrica classificatória geográfico-demo-

gráfica das “Índias holandesas” e “Birmânia britânica”. Concebida dentro dessa série laica, cada ruína tornou-se suscetível à fiscalização e à reprodução ao infinito. Quando o departamento arqueológico do Estado colonial tornou tecnicamente possível reunir a série sob forma de mapas e fotografias, o próprio Estado podia olhá-la como um álbum de seus antepassados até a época histórica. A coisa fundamental nunca foi o Borobudur específico, nem o Pagan específico, pelo qual o Estado não tinha nenhum interesse especial, mantendo apenas ligações arqueológicas. A série reproduzível, porém, criou uma profundidade histórica que foi facilmente incorporada pelo sucessor pós-colonial do Estado. O resultado lógico final foi o logo — de “Pagan” ou das “Filipinas”, pouca diferença fazia — que, pelo seu vazio, ausência de contexto, intenção visual e a infinida reproduzibilidade em todas as direções, reuniu censo e mapa, trama e urdidura, num amplexo definitivo.

37. Uma resultante política exemplar desse imaginário da Casa de Vidro — da qual o ex-prisioneiro político Pramooedya tem doloroso conhecimento — é a carteira de identidade classificatória que todos os indonésios adultos precisam portar o tempo todo. Esse documento de identidade é isomórfico com o censo — ele representa uma espécie de censo político, com perfurações especiais para os que se enquadram nas subseriões “subversivos” e “traidores”. Note-se que esse tipo de censo só foi aprimorado depois da conquista da independência nacional.